

RELATÓRIO YANOMAMI 82

situação de contato e saúde



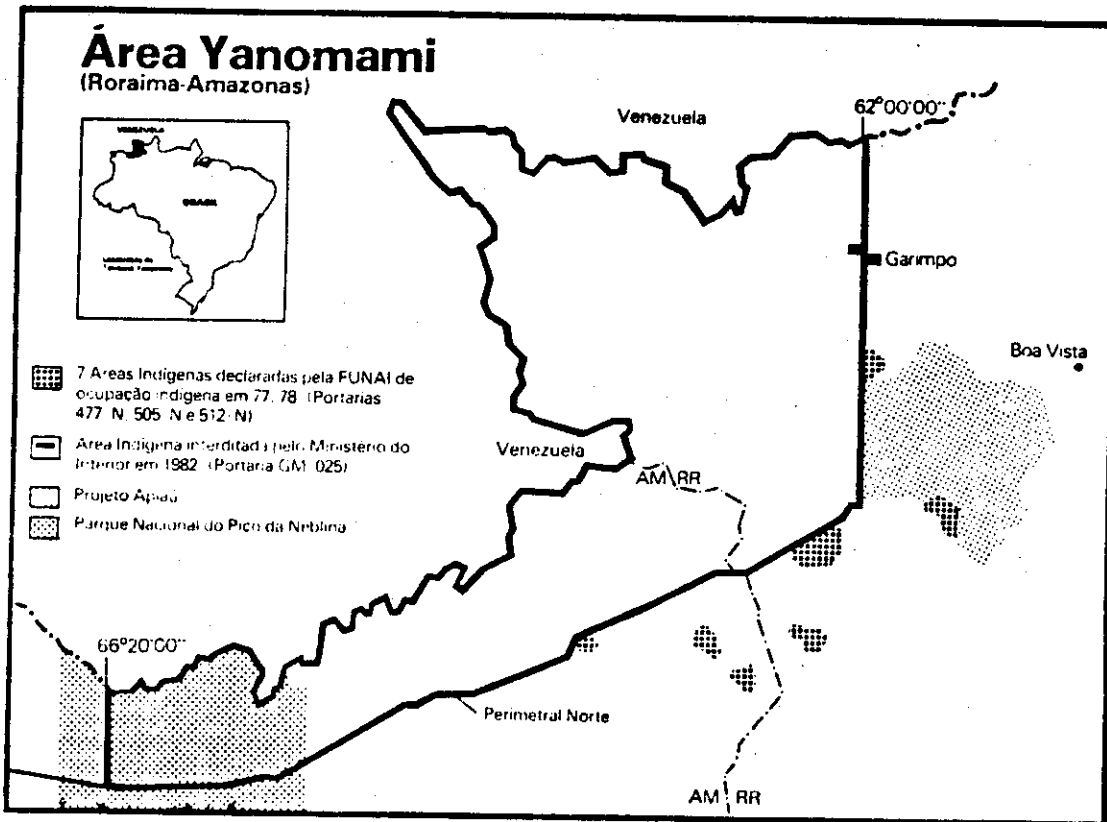
recomendações para a criação e
estruturação do parque indígena

Comissão pela Criação do Parque Yanomami
CCPY

São Paulo 1982

SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
. Agradecimentos	1
. Nota Referente ao Trabalho	3
. Apresentação	6
. Situação Atual de Contato dos Yanomami no Brasil	16
. Ocupação do Território por Seis Comunidades Yanomami da Bacia do Rio Catrimani	119
. Dados de Saúde sobre os Yanomami no Brasil	130
. Conclusão	178
. Bibliografia	187
. Anexos aos Dados de Saúde	190
. Portarias 477/N, de 22.12.77, 505/N, de 29.05.78, 512/N de 07.07.78 e 513/N, de 10.07.78	208
. Portaria/GM/Nº 025, de 09.03.82	213
. Dados Biográficos	214
. Localidades e População para o Mapa em Anexo	215
. Mapa da Área Yanomami com a Localização das Comunidades Conhecidas	220



APRESENTAÇÃO

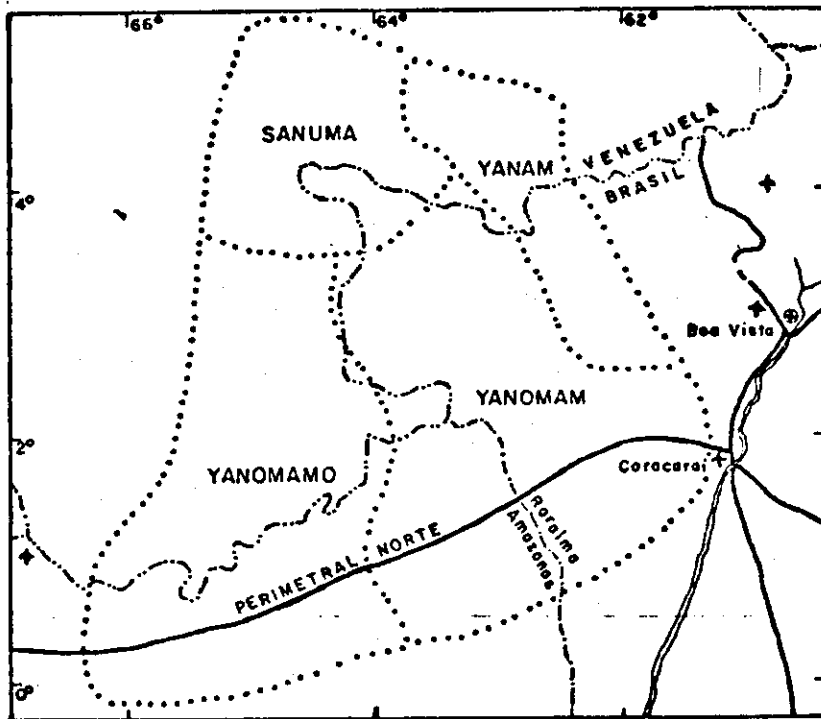
Os Índios Yanomami ocupam, tradicionalmente, a região limítrofe entre o Brasil e a Venezuela. Habitam regiões de serras e cabeceiras de rios, no divisor de águas entre os dois países. Totalizam, nos dois países, aproximadamente 16.500 indígenas, constituindo-se no maior grupo étnico ainda em grande parte isolado do contato com a sociedade envolvente. No Brasil, habitam áreas compreendidas no Território Federal de Roraima e Estado do Amazonas, com população total estimada em 8.000 Yanomami.

É incontestável a ocupação dessa área pelos Yanomami, desde tempos remotos. Comprovam-na documentos históricos e relatos de diversos exploradores e membros de expedições científicas que percorreram a região, desde a Comissão de Limites Portuguesa, em 1787.

Estudos linguísticos e hematológicos indicam que os Yanomami ocupavam seu atual território antes de haverem ocorrido ondas migratórias para a região, por parte de outras etnias, em séculos passados. Os Yanomami são considerados como um dos grupos étnicos mais antigos da América do Sul (FUNAI, 1980).

Os Yanomami apresentam-se hoje subdivididos em quatro línguas principais que, embora distintas, são mutualmente inteligíveis (Migliazza, 1972 e 1980). Pelo método da glotocronologia, sabe-se que seriam necessários cerca de três mil anos para que a língua original se subdividisse nas quatro línguas modernas. Uma vez que os falantes dessas quatro línguas vivem hoje relativamente próximos uns dos outros, supõe-se que originalmente os Yanomami tenham ocupado um território bem maior do que o atual, que permitiu a dispersão geográfica e a consequente diversificação linguística (Smole: 1976). Por sua vez, dados hematológicos demonstram que os Yanomami não estão geneticamente relacionados com nenhuma outra etnia indígena em toda a Amazônia (Spielman: 1979).

SUB-GRUPOS LINGÜÍSTICOS DOS INDÍGENAS YANOMAMI (CONFORME MIGLIAZZA, 1972)



- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- ÁREAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS YANOMAMI

De acordo com a tradição oral Yanomami, o ponto de dispersão original teria sido a região da Serra Parima, onde se verifica atualmente a maior concentração Yanomami no Brasil (FUNAI, 1980). Tudo indica que esta região, incluindo Surucucus, continua a ser o ponto do qual migrações lentas e pouco perceptíveis a curto prazo vem há tempos ocorrendo e continuarão a se processar em décadas vindouras (Smole: 1976; FUNAI, 1980).

O nomadismo intermitente é a principal característica da ocupação territorial dos Yanomami. Os deslocamentos, que caracterizam sua história, são sempre praticados e indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico e político. A amplitude dessas migrações pode ser considerável. De acordo com a tradição oral dos Parimitheri, que vivem atualmente no Rio Uraricoera, dos Wakathautheri e dos Hewenahipitheri da região da bacia do Rio Catrimani⁽¹⁾, eles se deslocaram, desde aproximadamente 1920 até hoje no âmbito de um quadrado da ordem de milhares de km² ou de milhões de ha. Esses números são apenas indicativos (Ziegler-Birraux; 1982). A amplitude das migrações varia de uma região para outra, conforme a densidade da população, as possibilidades de subsistência e o jogo das alianças entre as comunidades. Além disso, essas alianças são constantemente modificadas, o que pode acarretar alterações na direção das migrações. A presença de estabelecimentos permanentes não-indígenas e o desejo de obter produtos manufaturados influencia igualmente a extensão, frequência e direção dos deslocamentos.

A ocupação Yanomami do território obedece regras fundamentalmente diferentes daquela observadas por um povo sedentário. Essas regras são, entre outras, respostas ao esgotamento rápido dos recursos de uma determinada área. Os pedólogos concordam, com efeito, atribuem um grau de fertilidade bastante baixo à terra ocupada pelos Yanomami (há exceções, bastante raras). A agricultura, responsável por uma substancial parte de sua alimentação⁽²⁾, não pode deixar de ser itinerante e não se conhece maneira mais apropriada de cultivo, que permita a preservação de um solo tão ácido e pobre em matéria orgânica.

(1) As migrações das 2 comunidades da bacia do Rio Catrimani entre os anos 1929 e hoje representa uma área de aproximadamente 2.500 km². (Dados computados a partir de notas de Saffirio de 1981).

(2) A agricultura e a caça, fornecem 90,6% das calorias e 83% das proteínas da alimentação dos Yanomami (Lizot: 1977).

Assim, ao redor da habitação, os índios utilizam uma área de cerca de 900 m² por pessoa, para abrir roças. A cada dois anos, eles migram cerca de 3 km para refazer as roças, onde cultivam mandioca, macaxeira, cará, taioba, batata-doce, banana, cana-de-açúcar, mamão, tabaco e plantas usadas na produção de artefatos e magia (Lizot: 1977). Os Yanomami utilizam também uma área mais extensa em torno da habitação, num raio de aproximadamente 15 km, para obter os produtos da caça, da pesca e coleta. O esgotamento dessa área, ou acontecimentos de outro tipo - como epidemias e hostilidades com outras comunidades próximas - levam os Yanomami a migrações maiores, num raio que varia de 10 a 30 km (Chagnon: 1968 b). As velhas roças abandonadas em decorrência das migrações, entretanto, são usadas ainda por muitos anos, para colheita de produtos agrícolas de longo ciclo como bananas ou pupunha.

As habitações Yanomami variam bastante. Na sua maioria, as aldeias são compostas de uma grande maloca mas encontram-se comunidades compostas de várias habitações circulares, cônicas e até retangulares construídas em fases diferentes da história da comunidade ou do grau de contato com a sociedade envolvente.

Uma comunidade Yanomami geralmente engloba de 30 a 250, excepcionalmente até 300 indivíduos, pertencentes a várias famílias, ligadas entre si por laços de casamentos. Essas comunidades mantêm entre si relações sociais e rituais frequentes, formando conjuntos de grupos locais ligados por interação constante que implica em direitos e obrigações mútuos (Lizot: 1971; Chagnon: 1968; FUNAI: 1980).

As relações entre aldeias ou conjuntos de aldeias são outro tipo de mobilidade da qual depende também a dinâmica da sociedade. Elas envolvem prestações mútuas de serviços, troca de bens, intercâmbios matrimoniais, alianças políticas e participação cerimonial e religiosa. Essa movimentação provoca frequentes contatos intensos e prolongados entre aldeias. Em termos de distância linear, com maior ou menor frequência, os índios percorrem uma rede de trilhas através do mato, entre as aldeias que mede de 10 a 150 km.

Outra característica marcante da organização socioespacial Yanomami é a capacidade de segmentação das aldeias. Quando uma comunidade cresce além de certo limite, difícil de determinar com precisão, a tendência é surgir uma

rivalidade política em seu seio, de modo a motivar uma divisão da comunidade. Neste processo, uma parte dos índios da aldeia afasta instalando-se em local próprio (Chagnon: 1968; Ramos e Albert: 1977; FUNAI: 1980).

O padrão da ocupação Yanomami do território é aquele de dispersão, de pequenas aldeias migrantes, ligadas entre elas por trilhas, testemunhas da intensidade das relações entre as comunidades e da utilização dos recursos da caça e da coleta. Este padrão é aquele preconizado (recomendado) pelo ecólogo Harald Sioli para a ocupação da Bacia Amazônica, a fim de evitar a destruição do meio ambiente particularmente sensível à ação humana (Sioli: 1973).

Essa dispersão do habitat indígena não é, entretanto, homogênea. Por razões de ordem ecológica, etnohistórica, etnopolítica e social, a ocupação territorial dos Yanomami, apresenta-se, num dado momento histórico, de maneira heterogênea, algumas áreas com baixa, outras com alta densidade demográfica e ainda outras não ocupadas (Smole: 1976). É necessário frisar, entretanto, que essas áreas aparentemente "vazias" não são abandonadas, mas ao contrário, são parte integrante da dinâmica adaptiva dos Yanomami às condições ecológicas especiais da floresta amazônica e são necessárias para manter o equilíbrio econômico e social da sociedade.

Há que se considerar, ainda, que a situação, a um dado momento, da ocupação do território Yanomami é temporária e constantemente sujeita a alterações. Portanto é recomendável basear a estruturação do Parque Indígena nesse fator fundamental que é a mobilidade e não em dados de um determinado momento da ocupação do território pelos Yanomami.

De acordo com o levantamento área feito por técnicos da FUNAI em 1977, foram encontradas 162 malocas e 41 pequenas habitações Yanomami e mais 3 malocas Mayonong na área Yanomami. Em 1980/81, através de informações recebidas da FUNAI, de missionários e de índios, chegamos ao total de 102 comunidades conhecidas. Sem dúvida haverá outras que não estão incluídas entre aquelas levantadas pelo presente relatório por existirem ainda regiões Yanomami pouco conhecidas⁽¹⁾.

(1) Por exemplo, tudo indica que existem outras 3 ou 4 malocas nas cabeceiras do Rio Catrimani. Parece razoável estimar todos os índios da bacia do Rio Catrimani em cerca de 420 pessoas (Saffirio: 1981).

Através do presente programa de vacinação, conhecido por "Missão Surucucu" pela FUNAI, está se fazendo um levantamento populacional da área, que muito contribuirá para um conhecimento mais aprofundado de Surucucus.

Em toda a América do Sul, os Yanomami representam o maior grupo étnico, ainda relativamente isolado, embora ameaçados pelas frentes de expansão e espoliação de suas riquezas minerais. A situação de relativo isolamento face ao mundo "branco" até recentemente devia-se em grande parte às dificuldades de acesso à região onde vivem. Cadeias de serras, rios encachoeirados, densas florestas, muito têm contribuído para que a grande maioria dos Yanomami tivesse conseguido chegar a meados de século XX virtualmente intocados pelos efeitos desagregadores de um contato direto e indiscriminado com a sociedade envolvente.

Assim, a maioria dos contatos que os Yanomami vinham mantendo, até os anos 70, com elementos da sociedade ocidental, envolvia apenas indivíduos ou pequenos grupos de pessoas.

Os primeiros exploradores das riquezas do Território Yanomami foram caçadores de peles, seringueiros, balateiros, castanheiros e garimpeiros. A presença missionária data dos meados da década de 50, com os Salesianos estabelecendo-se no Rio Cauaburi do Amazonas seguidos pelas Missões Evangélicas da Amazônia no Rio Mucajá em Roraima. Os Missionários das Novas Tribos do Brasil fizeram os primeiros contatos com Yanomami no princípio dos anos 60 e os Missionários da Consolata, ligados à Diocese de Roraima, entraram na área do Rio Catrimani na segunda metade dos anos 60. A própria FUNAI marcou sua presença entre os Yanomami somente na década de 60.

A situação de contato dos índios Yanomami é atualmente bastante diferenciada. Praticamente, totalmente isolados até os anos 50, uma parte numerosa de sua população tem contato muito recente com a população envolvente. Nas áreas mais afastadas, o conhecimento dos grupos locais é mínimo, ou mesmo inexistente e, conseqüentemente essas populações são carentes de assistência sanitária.

Recentemente vem se criando uma nova situação, em que certas comunidades, atingidas por epidemias ou atraídas pelo contato desordenado com a sociedade envolvente, tendem a se dispersar, situação essa que dificulta uma eventual recuperação.

Outras, atraídas pela simples presença de um núcleo assistencial, aproximam-se das respectivas sedes e juntam-se à outros grupos já existentes no local, criando uma superpopulação e, conseqüentemente, o esgotamento rápido dos recursos locais. Ambas as situações levam ao rompimento da organização tradicional da sociedade e exigem uma adaptação a novos padrões econômicos e culturais.

A estruturação do Parque poderá contribuir para essa adaptação se for baseada no princípio da manutenção da autonomia dos índios, inclusive da mobilidade que permite uma exploração racional dos recursos do seu meio ambiente.

Outro quadro observado são os deslocamentos dos grupos, atraídos pelos núcleos constituídos pelos povoados, cidades e garimpos e sua conseqüente desagregação e aceleração do contato, ocorrido na generalidade dos casos de maneira desordenada.

As frentes de contato mais perniciosas atualmente são as seguintes:

GARIMPOS:

- 1.- CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima) - Apesar da interdição da área Yanomami em 09.03.82 pela Portaria GM 025 o garimpo do Furo de Santa Rosa continua explorando 20.000 hectares da área indígena para garimpagem de ouro. Além da ilegalidade da situação e a espoliação das terras indígenas o garimpo contribui ao altíssimo índice de malária na região que atinge também a população indígena.
- 2.- Invasões contínuas de garimpeiros ao longo dos Rios Uraricaá e Uraricoera em busca de ouro em Roraima. Outras invasões recentes ao longo dos Rios Marauíá e Cauaburis no Amazonas.

A campanha eleitoral do Deputado Federal de Roraima, Hélio Campos, que usa como meta a promessa de reabertura dos garimpos de Surucucus.

COLONIZAÇÃO:

- 1.- Projeto Apiaú (antigo Projeto "Distrito Agropecuário de Roraima", planejado em 1977 e constituído por duas glebas: Gleba A I e Gleba Caracará) ocupa 800 hectares da área indígena do Mucajaí interditada em 1977. A comunidade de Concha Velha, com uma população de cerca de 45 Yanomami, localizada nas proximidades da Cachoeira da Lata, no Rio Mucajaí, encontra-se também dentro da área pretendida pelo Projeto Apiaú. O contato desses índios com a população envolvente e a falta de assistência está causando entre eles uma situação calamitosa: eles estão sendo dizimados pela tuberculose. O plano de desenvolvimento agrícola de CODESAIMA, o Projeto Apiaú, atingirá também praticamente todos os índios da região da Perimetral Norte.

- 2.- A Estrada Perimetral Norte (BR 210) juntamente com as serrarias, os colonos e a proximidade da cidade de Caracará, atrai os índios que habitam ao longo da rodovia, fazendo com que eles vivam fora da área indígena Ajarani interditada pela FUNAI em 1978. Ao longo da Perimetral Norte, entre os kms 32 e 49.5, há uma população estimada em 70 índios, dos quais 2/3 vivem espalhados em 6 pequenos grupos com uma média de 10 índios por comunidade.

FRENTE DE EXPANSÃO:

- 1.- As invasões anuais feitas por seringueiros e regatões às terras da comunidade Yanomami de Apuí, composta de 56 índios que vivem no baixo Rio Marauá no Amazonas, vêm facilitando a transmissão da malária a esses indígenas. A incidência da doença é grande entre os seringueiros, que têm livre trânsito na região da aldeia.

- 2.- A extração de piaçaba nas proximidades da Cachoeira da Aliança, no Rio Paduari, é responsável pelo contato descontrolado dos índios com núcleos de piaçabeiros. Os índios se empregam como mão-de-obra barata e subsequentemente trocam seu trabalho por bens manufaturados, entre os quais armas de fogo, que certamente são responsáveis pelo grande número de mortos, estimados em 35 em 1979, em lutas contra comunidades da Venezuela. Tudo indica que uma das duas epidemias de coqueluche que se alastraram através

do Território Yanomami em 1981 tenha se iniciado através do contato com piaçabeiros no Rio Paduari, alastrando-se através da comunidade do Marari para o Tootobi, Maruíá e Maiá.

- 3.- O contato indiscriminado com invasores na Serra do Parima é certamente responsável pela epidemia de sarampo que atingiu os índios da região do alto Rio Uraricoera em 1981. Temos ainda conhecimento de casos de tuberculose provenientes das comunidades da Serra de Surucucus, a região que até recentemente foi considerada a mais isolada da área Yanomami.

A falta de assistência entre grupos Yanomami que ainda vivem sua cultura tradicional e que exercem plena mobilidade espacial, tão característica da sua organização social, faz com que esses indígenas mesmo isolados, sejam atingidos por epidemias, geralmente não escapando às consequências desastrosas da dizimação. Não faltam casos concretos como exemplos, desastres como esses acontecem antes mesmo do contato direto com as frentes de expansão.

Na bacia do Rio Aracaça, no extremo norte de Roraima, uma população de Yanomami estimada em cerca de 600 indivíduos pelos Missionários da MEVA, atualmente é considerada praticamente extinta. Há notícias através dos próprios índios de uma região vizinha à deles, que as comunidades do Aracaça foram dizimadas por recentes epidemias sem ninguém nunca saber o que na realidade aconteceu.

A população Yanomami do Território de Roraima é de aproximadamente 6.000 índios e no Estado do Amazonas de 2.500.

Somente em Roraima a FUNAI calcula que há cerca de 2.000 Yanomami ainda não contatados⁽¹⁾. Essa estimativa parece um tanto alta, especialmente agora que as comunidades da Serra das Surucucus estão sendo contatadas através da vacinação e programa de frente de atração Surucucus.

(1) A FUNAI calcula que existam atualmente no Brasil, cerca de dez mil índios ainda sem contato com a civilização ou em fase de atração. "No Amazonas e no Território de Roraima vivem os índios Yanomamis, grande parte ainda sem contato com a civilização. Somente na divisa do Amazonas com Roraima a FUNAI fala na existência de dois mil isolados". (O ESP 16.05.82).

Os Yanomami atualmente têm uma área contínua de sete milhões e setecentos mil hectares interditada pelo Ministério do Interior, Portaria MG nº 025 de 09 de março de 1982. Essa Portaria deve ser seguida pela delimitação e a demarcação para garantir as terras que o povo Yanomami em área contínua e de tamanho suficiente para sua sobrevivência.

Cláudia Andujar e
Pierette Ziegler-Birraux
p/ Comissão Pela Criação do Parque Yanomami

São Paulo, 15 de agosto de 1982.